

## CUIDADOR ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Rute dos Santos da Silva <sup>1</sup>  
Orientador do Trabalho: Marlene Schüssler D'Aroz <sup>2</sup>

### RESUMO

Na escola ocorre os primeiros contatos entre professores e discentes, em um cenário diverso onde a diversidade da condição humana deve ser respeitada. Neste contexto encontra-se significativo número de discentes com deficiência cujo desenvolvimento depende fundamentalmente do enriquecimento afetivo e estrutural desse ambiente, bem como do incentivo das pessoas que estão à sua volta. A presença de um tutor cuidador que intervenha e auxilie de forma adequada o processo inclusivo e de aprendizagem é de fundamental importância. Este estudo tem como objetivo apresentar análise da função do tutor cuidador frente aos alunos com deficiências, discorrendo sobre as adversidades enfrentadas na inclusão e na aprendizagem escolar. Os participantes foram uma professora e uma tutora cuidadora de crianças com deficiência investigados por meio de entrevista oral semiestruturada e teve como lócus de pesquisa, uma escola municipal de Humaitá-AM. Os resultados indicam que a função do tutor cuidador é de suma importância para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno com deficiência, no entanto, expressivos são também os desafios enfrentados. Para o professor, o auxílio de um cuidador possibilita amenizar os desafios enfrentados cotidianamente em sala de aula, além de incluir e atender com mais qualidade garantindo direitos. Tendo em vista que o tutor cuidador tem papel importante no processo inclusivo, torna-se basilar rever os critérios de contratação, bem como a sua formação, uma vez que a grande maioria não tem clareza sobre a função, nem se sentem capacitados para atuar com alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** Tutor cuidador, Inclusão, Deficiências, Formação docente.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) (PIB-H/0251/2022), do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, no município de Humaitá-AM, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Infantil (GPEDIN), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do projeto de pesquisa intitulado “O professor tutor em contextos escolares inclusivos: desafios e possibilidades”.

A proposta de uma educação que proporcione oportunidades e valorize as diferenças individuais passa claramente pela aprendizagem diversificada para os alunos em todas as áreas

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas- UFAM. rutthsilva21@gmail.com;

<sup>2</sup>Professor orientador: Doutora em Educação, Universidade Federal do Amazonas - UFAM. marlenedaroz@ufam.edu.br

do conhecimento. Sendo assim, não há dúvidas de que a educação tem papel primordial em todos os aspectos da vida, numa relação homem-mundo, uma vez que é inerente ao ser humano (NÓVOA, 2022). No que diz respeito à diversidade e às diferenças, tais fatores têm sido, entre outros, expressivos desafios da escola contemporânea, de não residir somente na aceitação, mas principalmente, na valorização das diferenças. Neste cenário estão os educandos com deficiências, cuja perspectiva deve ser inclusiva.

A educação como proposta inclusiva está respaldada em Leis, Legislações, Decretos e Portarias construídas e reformuladas ao longo dos anos. A esse respeito, Mantoan (2011) ressalta que para além das leis e decretos, a escola não pode continuar sendo uma transmissora de conhecimento apegado ao sistema tradicional de ensino, é necessário a mudança para que ocorra a inclusão de fato. A autora ressalta ainda que ao longo dos anos significativas mudanças aconteceram e cita como destaque, a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), Decreto nº 7.611/2011 que determina entre outros, “a inclusão em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, e impede a exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. [...] e diz que a oferta de Educação Especial deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, p/sn)”.

O mais recente Decreto de nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 institui a Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Além dos serviços educacionais comuns, deve ser ofertada também o Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma proposta de apoio a educação inclusiva onde são ofertadas em sala de recursos multifuncionais ou sala de apoio inserida na escola como também em instituições conveniadas sem fins lucrativos, que tem como objetivo o serviço de acessibilidade e desenvolvimento de aprendizagem e fazendo o acompanhamento e dando apoio ao aluno, em outras palavras, apoiar por meio de um tutor cuidador.

Tutor, segundo a origem etimológica da palavra latina significa defensor, guardião, aquele que ajuda e dá suporte às pessoas. Ao longo do tempo, o tutor passou a ser também entendido como educador com diferentes atuações (CARNIEL; MINETTO; BARIL, 2019). Lopes (2018) define tutor como uma solução rápida que acaba atrasando a elaboração e busca de um profissional que solucione eficazmente as necessidades por parte da escola, sendo ainda, uma estratégia criada como “salvador da inclusão”. Para Mantoan (2011), o tutor não é uma figura na sala, um assistencialista, pelo contrário, tem papel importante e por isso deve ser qualificado para entender as necessidades do aluno que é único na sua singularidade e, junto com o professor da sala. O tutor qualificado vai aprimorar os objetivos pré-estabelecidos e assim, desenvolver uma aprendizagem significativa para o aluno.

Com as referidas legislações, a presença de alunos com algum tipo de deficiência tem se tornado, nos últimos anos, comuns nas salas de aulas, de turmas e anos diversos, bem como a diversidade de deficiências. Para tanto, a temática elegida, “O cuidador escolar e a educação inclusiva: desafios e possibilidades” colabora na construção do conhecimento enquanto ciência, contribuindo socialmente no sentido de evidenciar a falta e ou ineficácia da qualificação do professor tutor para atender este público e com isso contribuir para a garantia dos direitos previstos nas políticas educacionais que devem assegurar não só o seu acesso, mas o conteúdo, a autonomia e a capacidade adaptativa do indivíduo.

Para nortear esse estudo elegemos como objetivo geral analisar a função do professor tutor e cuidador frente aos cuidados dos alunos com deficiências, discorrendo sobre as adversidades enfrentadas, cujo intuito é contribuir para as condições de trabalho do tutor, bem como a qualidade do atendimento e aprendizagem do aluno de inclusão, no município de Humaitá, contexto da pesquisa.

## **METODOLOGIA**

Para a efetivação desse estudo optamos pela abordagem metodológica qualitativa, de cunho exploratório com a adoção do método de investigação e análise baseados no método descritivo de Creswell (2014). A investigação qualitativa “[...] é rica em dados descritivos, é aberta e flexível e foca a realidade de forma complexa e contextualizada” (p. 13).

Para construção dos dados e caracterização dos sujeitos foi utilizada a entrevista oral semiestruturada, gravada, com uma professora e uma cuidadora tutora de uma turma de 1º ano.

A análise descritiva dos dados (CRESWELL, 2014) foi escolhida para trabalhar com os dados coletados. A pesquisa delimitou como lócus da investigação uma escola municipal que se encontra localizada no município de Humaitá-AM. As categorias da análise foram baseadas nas questões investigativas sobre a atuação do cuidador e do professor cuidador a partir de indicadores baseados nas perguntas investigativas.

As participantes foram nomeadas: professora (P1) e cuidadora (C1). As duas participantes são do sexo feminino. Em relação os perfis das participantes, P1 tem 42 anos, escolaridade licenciatura em Pedagogia, função, atua há 2 anos como professora em uma Escola Municipal de Humaitá, Mestrado em Educação. C1 tem 35 anos, formada, Licenciatura em Letras, atua como Cuidadora em uma Escola Municipal de Humaitá.

As narrativas são apresentadas por meio de fragmentos de relatos das falas das participantes identificadas com os códigos referenciados acima objetivando preservar a identidade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Na Constituição Federal de 1988, o Artigo 205 define: “a educação é direito de todos e dever do estado e da família”. Dever quer dizer garantir que esse direito seja efetivado independente de quem quer que seja e onde se encontra. Direito a educação para “Todos” inclui as pessoas com deficiências assegurado pela Lei 13. 146, de 6 de julho de 2015, como também no artigo 205, inciso III que fala do “Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos portadores de deficiência”.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996) em seu Artigo 58, Inciso 1, define entre outros, a Educação Especial como:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Em todas as etapas da educação básica.

Embora definida por Lei, a completa efetivação da Educação Especial é tardia, uma vez que não contempla a demanda de casos. De acordo com Mantoan (2003. p. 32), “a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas”. No entanto diz Mantoan, é importante frisar que para acontecer a inclusão é preciso reestruturação pública e sociais para que haja verbas suficientes para suprir as necessidades das escolas, como especialização de professores, entre inúmeros fatores que devem ter uma atenção a mais das políticas públicas do nosso país.

Além dos serviços educacionais comuns, para o público de inclusão deve ser ofertado também Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma proposta de apoio a educação inclusiva onde são ofertadas em sala de recursos multifuncionais ou sala de apoio inserida na escola como também em instituições conveniadas sem fins lucrativos, que tem como objetivo o serviço de acessibilidade e desenvolvimento de aprendizagem e fazendo o acompanhamento e dando apoio ao aluno. A esse respeito, o Decreto 6.571/2008, Artigos 1º e 2º definem:

Art. 1º. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se

recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNB/CNE, 2008).

Na tentativa de compreender o contexto referenciado, se fez necessário pensar sobre a formação e preparação do professor para os desafios no atendimento do público com deficiências, desafio que apesar dos avanços permanecem atuais, uma vez que os professores não se sentem preparados para atender discentes de inclusão e sem o apoio de um auxiliar fica difícil para o professor lidar sozinho com as dificuldades em sala de aula. Para Jesus et al., (2018 p. 5), “a grande maioria de professores formados não tem preparo para a educação inclusiva, dificultando com isso o aprendizado os alunos com deficiências, fazendo assim ressaltar a importância dos cuidadores, para que as dificuldades se tornem menores e o desenvolvimento maior”. Sobre a formação, Mantoan (2011, p.57) complementa:

A formação do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino, comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Com base no que diz respeito sobre o suporte aos professores buscou-se discutir sobre a importância da atuação de um tutor cuidador, pessoa que auxilia o aluno com deficiência, no seu aprendizado e nas suas necessidades básicas enquanto permanece no contexto escolar. Na visão de Cordeiro:

O indivíduo com necessidades especiais teria um estímulo maior com um tutor, que supervisione de forma adequada o seu caso, já que a integração com a sociedade passa a ser mais fácil no ambiente escolar e com este benefício o aluno com necessidades educativas especiais teria um maior estímulo às atividades motoras e psíquicas. (CORDEIRO, 2017. p. 16)

Complementando a fala de Cordeiro, o projeto de Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, do Congresso Nacional, Inciso 2º, decretou:

Quando necessário para promover o atendimento educacional na escola regular, e em função das necessidades específicas do aluno, será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de ensino, para atendimento das suas necessidades pessoais.

Portanto, a presença do cuidador em sala de aula para atender algumas deficiências é desde 1996 assegurada por lei. No entanto, sabe-se que há muitos alunos aguardando laudos e outros com laudos que ainda não tem o suporte de um cuidador. A respeito disso, na cidade de Humaitá pela primeira vez, no ano de 2021 foi publicado o edital (número 1/2021) para o processo seletivo simplificado de vagas para cuidador escolar para atuar no ano letivo de 2022 (SEMED, 2022, p. 18). Os candidatos para a vaga poderiam concorrer com formação mínima

no Ensino Médio desde que completo, para a carga horária de 20 horas e um salário-mínimo. No mesmo edital, critérios para a contratação, definiam que o cuidador contratado deveria auxiliar a turma toda, independente da dificuldade e das deficiências.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo, uma professora e uma tutora cuidadora de uma turma de 1º ano, de uma escola municipal pública, do município de Humaitá-AM. Os resultados aqui descritos refletem a compreensão das participantes em relação a sua função, os desafios e dificuldades enfrentados frente ao atendimento de alunos com deficiências. No caso do tutor cuidador, foi investigado também os critérios para a contratação e nível de preparação. Para a discussão apresentamos a compreensão da cuidadora e da professora a partir de indicadores baseados nas perguntas investigativas.

O cuidador escolar é a pessoa contratada por meio de concurso público, determinado pela Lei nº 228/2014, com o intuito de acompanhar principalmente crianças com deficiências e ou dificuldades de aprendizagem diagnosticadas por profissionais especializados. O objetivo de a criança ser acompanhada por um cuidador é assegurar a atenção necessária no cotidiano escolar. Partindo dessa premissa, ao ser indagada sobre como ocorreu a contratação e para qual função foi contratada como cuidadora, C1 relatou:

*Fiz o seletivo no ano de 2022 pela Secretaria Municipal de Educação de Humaitá – SEMED. Fui aprovada. Eu fui contratada para atender qualquer deficiência, não tem nenhuma específica, qualquer aluno, seja ele especial, ou aquele que precisa de atendimento nós precisamos atender.*

Na contratação, dizem Carniel, Minetto e Baril (2019, p.3), “tudo o que é relacionado às estratégias para auxiliar a pessoa com deficiência, utilizando todo tipo de recursos é considerada função do tutor”. Estudos de Jesus *et al.*, (2018, p. 4) confirmam que “o cuidador não será um profissional atuando somente com alunos que possuam deficiências em colégios comuns, devendo estar à disposição auxiliando todo aluno que possua necessidade temporária ou permanente”. Segundo a lei nº13.146, de 06 de julho de 2015, no Art.3º detalha a função do(a) cuidador(a): “profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2015).

A respeito da formação ou preparação para atuar como cuidador, foi investigada a seguinte questão; você recebeu alguma formação ou orientação antes de exercer o cargo de cuidador? A participante C1 respondeu:

*Não, no primeiro momento nós não tivemos nenhuma formação. No final do ano passado nós tivemos no mês de novembro uma formação bem simples e breve, esse ano (2023) ainda não tivemos nenhuma.*

Com base no relato de C1, a prática como cuidador segue o que determina o edital do Município onde não há exigências, nem especificidade sobre a formação do cuidador escolar antes de assumir função, a única formação exigida é o Ensino Médio completo e em sala de aula auxilia no que for necessário. Já P1 respondeu que tem em sua turma duas crianças com deficiência, uma autista e outra com deficiência intelectual. Sobre a formação disse:

*Esse ano (2023) não tivemos formação. Ano passado tivemos apenas uma conversa, uma orientação com a professora da sala de AEE, apenas isso, mas eu por exemplo já me inscrevi numa pós-graduação para atendimento com alunos com deficiência, é uma pós em AEE, e eu sempre estou procurando na internet vídeos, sempre estou procurando melhorar minha formação, eu mesma vou em busca conforme a necessidade.*

Tais afirmações deixam claro o despreparo desses profissionais no momento da atuação pode interferir no trabalho com os alunos e principalmente no seu aprendizado, pois, se tratando de alunos com dificuldades e ou deficiências, precisam de um apoio maior que exige um preparo diferenciado do cuidador, um acompanhamento adequado para as exigências necessárias. Sobre a formação, Mantoan (2011, p.57) destaca que:

A formação do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino, comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em outras palavras, tanto o cuidador quanto o professor necessitam de qualificação. De acordo com Ferreira e Toman (2020, p. 10):

Diante das limitações apontadas para o desenvolvimento de propostas didáticas e metodológicas que atendam às demandas dos alunos com deficiência no contexto das escolas regulares, as iniciativas de formação continuada ganham importância em busca de formas para lidar com as dificuldades em relação à capacitação de professores para a atuação na perspectiva inclusiva.

A esse respeito, Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010, p. 369) reiteram que:

Formar-se é um processo de toda a vida; enquanto seres humanos, temos a possibilidade de aprender e, portanto, nos humanizamos permanentemente, mediante as relações e interações que acontecem nos diversos ambientes culturais nos quais temos relações.

Por conseguinte, foi também investigado como a professora conduz os conteúdos para o aluno com deficiência, eis a resposta de P1:

*No caso do autista vou pesquisando no youtube nos sites, atividades que sejam mais específicas para esses alunos com deficiência, apostilha eu tenho que imprimir, fazer impressa todo dia atividade diferenciada para chamar*

*atenção dele para motivar ele porque eles têm essas eles não fazem não conseguem acompanhar os outros, não conseguem tirar do quadro, não conseguem fazer atividades com dinâmicas diferentes, tem que ter cores e que dê motivação para ele.*

A escolha de atividades que prendem a atenção do aluno é muito importante. Nunes e Madureira (2015, p. 135) destacam. “Na realidade, não há um meio de envolvimento e de motivação ideal para todos os alunos em todos os contextos, por isso é essencial implementar múltiplas opções para envolver e motivar os alunos para a aprendizagem”.

Levando em conta a função de cuidadora foi investigado qual o maior desafio e a maior dificuldade enfrentados ao atuar como cuidadora. Eis a resposta de C1:

*Bem, para mim foi um tanto desafiador mesmo eu ter muita experiência, pois sempre trabalhei como professora nas redes estaduais e municipais do município, mas ao me deparar como cuidadora de alunos com deficiências me senti impotente, porque eu não sabia lidar com as necessidades apresentadas por esses alunos. Na turma do ano passado recebi dois alunos de inclusão, um com hiperatividade e outro com autismo, eles não sabiam fazer nada, no início eu encontrei dificuldade, mas com o passar dos dias eu fui buscando aprimorar os meios pelos quais eu poderia ajudá-los e com a minha experiência como docente fui ajudando na escrita, leitura. Hoje eles já se desenvolveram muito, tanto que não precisam de cuidadora, então o tempo que passei com os dois, a experiência que eu tive pude fazer alguma coisa por eles.*

As dificuldades relatadas por C1 vão de encontro com as dificuldades de muitos profissionais que iniciam a docência sem conhecer as deficiências, tão pouco as deficiências que irão atender, frente a isso se sentem impotentes devido à falta de formação e de preparo para atender esse público. Investigar o que a criança já sabe e o que ela pode vir a saber nos reporta aos estudos de Vygotsky (1994, p. 113) “[...] e diz que a criança aprende e se desenvolve a partir de dois níveis: o nível de desenvolvimento efetivo e a área de desenvolvimento potencial”. Em outras palavras, o desenvolvimento efetivo, ou desenvolvimento real, são funções já amadurecidas na criança, aquilo que ela já consegue resolver de forma independente, produto do desenvolvimento. Já a área de desenvolvimento potencial (ou ZDP), compreende as funções que ainda estão em processo de maturação, e que necessitam de assistência de adultos para que sejam efetivamente desenvolvidas. Para que o aprendizado e o desenvolvimento aconteçam, é necessário um professor mediador, no caso da criança com deficiência, a função é atribuída ao cuidador sem levar em conta a sua formação e preparação. C1 indica outros desafios enfrentados.

*Os desafios que eu presenciei são de compreender as dificuldades de cada aluno e exercitar a paciência porque eles são bem agitados, eles não gostam de ser contrariados, tem momentos que eles estão em crise e momentos que*



*fazem birra, então a gente tem que decifrar qual momento está. Um dos maiores desafios.*

Os desafios para P1 reforçam a necessidade de formação:

*O desafio começa com a falta de formação, devido a falta de material adequado e específico, pela falta de disponibilização de materiais, inclusive até a folha de sulfite, porque eu tenho que tirar do meu próprio bolso, essa falta de estrutura falta de materiais já geram dificuldade, e eles não tem esse atendimento contínuo na escola com o fonoaudiólogo, a sala de atendimento especial, como tem muito alunos para ser atendido, eles são atendidos uma vez por semana.*

Sousa e Nascimento (2018, p.125) destacam que a formação é essencial e que em outros momentos não basta compensar a falta de conhecimento com paciência, “é preciso reconhecer e respeitar as individualidades, proporcionando ao sujeito com deficiência aprender os mesmos conteúdos, mas com adequações necessárias do currículo”. É necessário que o cuidador conheça a deficiência do seu aluno para que ocorra um melhor atendimento.

Para identificar como C1 compreende a importância da presença de um(a) cuidador(a) na escola, foi questionado se essa presença e função era necessária e importante. Abaixo a resposta:

*Sim, eu acho necessária e considero de grande importância a presença de um cuidador porque às vezes a criança com deficiência pode se agitar e atrapalhar a aula do professor, tem outros alunos aprendendo ali, então é necessário um cuidador para auxiliar o professor no momento que o aluno está agitado, em crise, precisando ir ao banheiro, se alimentar, permitindo que o professor atenda os demais alunos da turma sem deixar ninguém de fora.*

Sobre a importância P1 destaca:

*Acho muito importante sim, pelo menos na minha sala é assim que percebo que para acompanhar a menina com deficiência intelectual e o autista,, na verdade são 20 alunos em sala e eu não posso dar atenção a todos, e com a ajuda da cuidadora para acompanhar o caderno, acompanhar a fala deles, porque eles também falam com dificuldade, já me ajuda muito, a cuidadora da minha sala é uma pessoa muito atenciosa com eles, talvez ela não tenha qualificação, mas é uma pessoa esforçada, não tem uma qualificação específica mas ela é esforçada, é muito carinhosa e atenciosa com os alunos, faz muita diferença sim, acho muito importante.*

Auxiliar o aluno com dificuldades e ou deficiências contribui não só para os momentos das atividades em sala de aula, mas para desenvolver alguma autonomia frente ao pertencimento no espaço e ao fazer. Sobre desenvolver autonomia Carniel, Minetto e Baril (2019, p. 3) ressalta

que “a autonomia é a capacidade de definir as suas próprias regras e limites, sem que precisem ser impostas por outras pessoas, pode ser ainda definida como habilidade para pensar, sentir, tomar decisões e agir por conta própria, independente dos desejos dos responsáveis ou dos que o cercam.

P1 também fala dos desafios enfrentados pelo descaso com a falta de materiais didáticos, estrutura e atendimento especializado, realidade de muitas escolas públicas do país. Sobre isso, Nunes e Madureira (2015, p. 140) afirmam que:

Uma escola inclusiva procura responder às necessidades de todos os alunos que a frequentam, o que exige a criação de oportunidades para que estes se sintam acolhidos e participem ativamente nas atividades escolares. Nesse sentido, a inclusão impõe mudanças importantes no modo de perspectivar o papel e as funções da escola e na maneira de desenvolver práticas pedagógicas eficazes que garantam a aprendizagem de todos.

Para que aconteça uma educação inclusiva é preciso o envolvimento de uma rede de atendimentos e envolvidos, não apenas atribuições delegadas à escola e à família. E mais, todos devem estar alinhados com objetivos comuns de suprir as necessidades e bem-estar desse público fazendo com que de fato ocorra a efetivação dos direitos, bem como a permanência deles na escola.

É importante resaltar a relevância que tem o cuidador na sala de aula, a importância do trabalho coletivo entre o cuidador e o professor no atendimento do aluno com deficiência, que por sua vez deve ser incluído. Ressaltar ainda, a importância da preparação para atuar junto a esse público afim de garantir o que preconiza as leis referenciadas neste texto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo buscou analisar o papel do tutor cuidador de alunos com deficiências, em uma escola municipal do município de Humaitá-Am destacando também os desafios enfrentados pelas participantes.

A educação inclusiva é uma conquista importante que precisa constantemente de reflexões e ajustes com intuito não só de manter, mas de promover mudanças, ofertar novos recursos e instrumentos de apoio aos discentes e aos espaços escolares, e mais, em parceria com a família e demais responsáveis institucionais. É fato que as escolas precisam estar mais bem equipadas para atender e manter alunos com deficiências em sala de aula.

A formação do cuidador deve ser revista uma vez que esse profissional, na maioria das vezes desconhece tanto as deficiências quanto o público a ser atendido. A falta de conhecimento e preparação para atuar tem sido um limitador no momento da contratação, com isso quem

perde é o aluno de inclusão uma vez que deixa de ter seus direitos assegurados como determina as leis e decretos.

No município de Humaitá, a função de cuidador é recente, a sua contratação é por meio de concurso público a cargo da SEMED, a formação exigida é o Ensino Médio completo e o salário é o mínimo estabelecido por lei. A necessidade de formação específica é entendida como um dos grandes desafios enfrentados. Ao assumir a função, o cuidador não recebe nenhuma formação ou qualificação inicial e atende todas as necessidades da turma.

Vale ressaltar que em Humaitá-AM, o termo usado para identificar o profissional é “cuidador” e não “tutor” como em outras cidades e capitais brasileiras.

A pesquisa foi de suma importância, pois permitiu conhecer o trabalho designado e desenvolvido pelo cuidador e professor na sala de aula, as dificuldades por eles enfrentadas no dia a dia, bem como os desafios para lidar com o público de inclusão e a necessidade de formação diferenciada. Se faz necessário refletir sobre a preparação e a contratação destes profissionais indispensáveis na sala de aula, bem como reconhecer a sua importância para a efetivação dos direitos e da aprendizagem da criança com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALVARADO-PRADA, Luís Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades propostas. **Rev. Diálogo Educ**, p. 367-387, 2010.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. BRASILIA, DF, 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 2 novembro. 2023

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Recuperado em 21 de maio, 2018 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm).

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. (Acesso em: 02/11/2023).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1/92 a 44/ 2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições técnicas, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso no dia 05/11/2023.

CARNIEL, Thais Carolina Albach.; MINETTO, Maria de Fatima., BARIL, Nathalie. Do apoio à autonomia: o papel do tutor. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, vol. 2, núm. Esp.1, pp. 375-386, 2019.

CORDEIRO, Cátia Muniz.; VOLPADO, Maria Tereza. O papel do tutor no contexto da educação inclusiva: formação e dificuldade. Minas Gerais, **Revista Educação em Foco**, ed. 9, p.09-24, 2017

CRESWELL, John. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução de Sandra Malmann da Rosa. **Rev. técnica.** – 3 ed. – Dados eletrônicos, Porto Alegre: Penso, 2014.

DE JESUS, Alice Pereira et al. Crescer direitinho: cuidadores nas escolas. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 4, 2018.

FERREIRA, Giselle Coutinho; TOMAN, Alexandre. Educação Especial e inclusão: o que mostram as iniciativas de formação continuada? **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 3, p. 367-386, 2020.

HUMAITÁ. Secretaria Municipal de Educação-SEMED. Processo Seletivo Simplificado (PSS), 2022. Disponível em: <https://www.semedpmh.com/editais>. Acesso em 12/06/2023.

LOPES, M. Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar. **Dissertação de mestrado**, Universidade Federal de São Carlos, SP, Brasil, 2018.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, Antônio. **Escola e professores: proteger, transformar e valorizar**. Colaboração Yara Alvim. Salvador-Bahia, 2022

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015

SOUSA, Neide Maria Fernandes Rodrigues.; NASCIMENTO, Deisiane Aviz. A inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 3, p. 121-140, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/859>. Acesso em: 02 novembro. 2023

VIGOTSKY, Lev. Semyonovich. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONT'EV, Aleksei Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5. ed. São Paulo (SP): Icone: EDUSP, c1994. p. 103-117.